

**ATA DA 215ª REUNIÃO ORDINÁRIA
DO CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE**

1 **LOCAL:** Sala de Reuniões do CES Conselheiro Osvaldo de Oliveira Maciel
2 Rua Esteves Júnior, 160 - 8º Andar – Centro – Florianópolis/SC.

3

4 **DATA:** 04/05/2016

5

6 **HORÁRIO:** 14:00 horas

7

8 **PRESENTES**

9 **CONSELHEIROS TITULARES**

10 Bernard Van de Meene (Ass. de Aposentados e da Terceira Idade)

11 Braz Vieira (FEHOESC)

12 Canísio Isidoro Winkelmann (AHESC)

13 Cecília Alves de Lima (Ass./Mov. De Mulheres)

14 Cleia Clemente Aparecida Giosole (Ass. Moradores)

15 Clóvis Thadeu Rabello Improtá (Sindicatos Profissionais Área da Saúde)

16 Deyse Maria Rossignolo Rodrigues (MS)

17 Eduardo Marques Macário (SES)

18 Emerson Antonio Brancher (Conselhos Regionais Área da Saúde)

19 Francine Iagher (Ass. Patronais Comércio e Serviços, Indústria e Agricultura)

20 Heron Felício Pereira (SES)

21 Hortência Salet Muller Tierling (Conselhos Regionais Área da Saúde)

22 Jorge dos Passos Corrêa Cobra (Associações Profissionais Área da Saúde)

23 Karina Cardoso Gulbis Zimmermann (Associações Profissionais Área da Saúde)

24 Juliana Franco (Sindicatos Profissionais Área da Saúde)

25 Leandro Adriano de Barros (SES)

26 Luiz de Bittencourte (Trabalhadores Urbanos)

27 Maria Conceição dos Santos (Ass. Port. Patologia e/ou Deficiência)

28 Nicolau de Almeida Neto (Trabalhadores Urbanos)

29 Rui Martins Iwersen (Ass. Port. Patologia e/ou Deficiência)

30 Sônia Teresinha Bodanese (COSEMS)

31

32 **CONSELHEIROS SUPLENTES**

33 Clarinda da Luz Durigon (Ass. Moradores)

34 Helga Regina Bresciani (Conselhos Regionais Área da Saúde)

35 Lucia Regina Gomes Mattos Schultz (SES)

36 Sérgio Murilo Rabelo (Trabalhadores Urbanos)

37 Xênio Marques Kremer (Sindicatos Profissionais Área da Saúde)

38

39 **JUSTIFICATIVAS DE AUSÊNCIA**

40 Aline Gunsett (Ass. Patronais Comércio e Serviços, Indústrias e Agricultura)

41 André Mendes Arent (Associações Profissionais Área da Saúde)

42 Fábio Gaudenzi de Faria (SES)

43 Hilário Dalmann (FEHOSC)

44 Marcos Nazareno Rozar (Trabalhadores Rurais)

45 Pedro Cezar Peliser (FEHOSC)

46 Rita de Cássia Maraschin da Silva (Trabalhadores Rurais)

47 Tatiane Macabô Cupello (Ass. Patronais Comércio e Serviços, Indústrias e Agricultura)

48 Valmir Braz de Souza (Sindicatos Profissionais Área da Saúde)

49

50 **DESENVOLVIMENTO DOS TRABALHOS**

51 A 215ª Reunião Ordinária do Conselho Estadual de Saúde teve início às 14h10min,
52 sob a coordenação do Presidente, Jorge dos Passos Corrêa Cobra, com a presença dos
53 Conselheiros acima nominados.

54

55 **DOCUMENTOS RECEBIDOS E EXPEDIDOS**

56 Ofício Ad. Nº 048/2016/ CRF/SC, o qual solicita atenção no tocante à remuneração de
57 Agente de Fiscalização em Vigilância Sanitária;

58 Ofício Nº 250/2016/Hospital Infantil Dr. Jeser Amarante Faria, o qual encaminha cópia do
59 ofício enviado à SES, que informa a paralisação dos atendimentos eletivos no Hospital
60 Infantil Dr. Jeser Amarante Faria;

61 CI Nº 297/2016/GEAUD, a qual encaminha, em anexo, o Relatório da GEAUD/DIPA,
62 referente ao mês março de 2016;

63 Ofício Nº 0247/2016/MS/SEAUD/SC, a qual encaminha cópia do Relatório Final da
64 Auditoria nº 15333;

65 Ofício Nº 0240/2016/MS/SEAUD/SC, a qual encaminha cópia do Relatório Final da
66 Auditoria nº 15539;

67 Ofício Nº 0284/2016/MS/SEAUD/SC, a qual encaminha cópia do Relatório Complementar da
68 Auditoria nº 14111;

69 Ofício Nº 0206/2016/MS/SEAUD/SC, a qual encaminha cópias dos Relatórios Final das
70 Auditorias nºs 16014 e 16063;

71 Ofício Nº 0228/2016/MS/SEAUD/SC, a qual encaminha cópia do Relatório Final da
72 Auditoria nº 15535;

73 Ofício Nº 0307/2016/MS/SEAUD/SC, a qual encaminha cópia dos Relatórios Final e
74 Complementar da Auditoria nº 15930;

75 Ofício Nº 0316/2016/MS/SEAUD/SC, a qual encaminha cópia do Relatório Final da
76 Auditoria nº 15936;

77 Ofício Nº 183/2016/CMS Joinville, Manifesto frente à Paralisação dos Atendimentos Eletivos
78 no Hospital Infantil Dr. Jeser Amarante Faria.

79

80 **ITEM I – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DO RELATÓRIO ANUAL DE GESTÃO**

81

82 A técnica da Gerência de Planejamento, Nardeli Junckes, explicou que o Relatório
83 Anual de Gestão foi enviado anteriormente aos conselheiros e os questionamentos feitos
84 foram enviados para as áreas técnicas respectivas para esclarecimentos.

85 A Conselheira Helga Bresciani falou em relação ao item 10, que diz respeito ao
86 Relatório de Auditoria. Disse que este seja apresentado em resumo, já que são quase 300
87 páginas. Ressaltou que a sua dúvida não foi em relação à falta de informações, e sim, que
88 grande parte das metas não tinham as taxas alcançadas.

89 A técnica do SES explicou que as informações em branco, no fechamento do relatório,
90 são por conta de que todas as metas no SISPACTO não estavam fechadas. Falou que foi
91 enviado o RAG a todos conselheiros, com todos os resultados alcançados em 2015.

92 A Conselheira Helga Bresciani sugeriu que fosse apresentado novamente o Relatório
93 Anual de Gestão, na próxima sessão, já que há dados em branco e sem justificativas.

94 O Presidente Jorge dos Passos Corrêa Cobra sugeriu a remessa aos conselheiros do
95 documento completo e, se houver dúvidas, que sejam encaminhadas através de e-mail, e estas
96 serão repassadas às áreas técnicas para esclarecimentos e posteriormente a todos os
97 conselheiros, pautando, na próxima reunião a aprovação ou não do Relatório Anual de
98 Gestão.

99 A técnica Ivone Bieber disse que no dia 30, dia do fechamento do RAG, algumas
100 metas não estavam prontas, porém para cumprir a lei, foi enviado à Secretaria Executiva do
101 CES, e posteriormente, já com todas as metas completas.

102 A Conselheira Helga Bresciani perguntou se é possível a Gerência de Auditoria fazer
103 um resumo das informações do relatório. A técnica Giovanda respondeu que encaminhará à
104 Gerência de Auditoria esta solicitação, e assim que obtiver uma resposta passará ao CES.

105 O Presidente Jorge dos Passos Corrêa Cobra colocou em votação a proposta anterior,
106 de que será enviado aos conselheiros o documento completo, e se houver dúvidas que sejam
107 encaminhadas através de e-mail, e estas serão repassadas às áreas técnicas para
108 esclarecimentos e posteriormente a todos os conselheiros. E na próxima reunião a aprovação
109 ou não do Relatório Anual de Gestão. Reforçou a importância da leitura do RAG e
110 encaminhamento de dúvidas para a Secretaria Executiva.

111 O Pleno aprovou a proposta

112 O Conselheiro Luiz de Bittencourte sugeriu, e o Pleno aprovou, que a área técnica da
113 SES faça um consolidado das informações do RAG para ser encaminhado aos Conselheiros.

114

115 **ITEM II – MINUTA DE RESOLUÇÃO – REPASSE DE RECURSOS DO ESTADO**
116 **PARA CONVÊNIOS VIA FUNDOS MUNICIPAIS DE SAÚDE (Proposição do**
117 **Conselheiro Bernard Van de Meene)**

118 A apresentação da proposta de Resolução foi feita pelo Conselheiro Bernard Van de
119 Meene.

120 O Conselheiro Canísio Isidoro Winkelmann falou que, apesar das normas legais
121 vigente, o repasse fundo a fundo acaba tornando-se um caixa das prefeituras e os prestadores
122 de serviços ficam torcendo para receber o recurso ou parte dele. Segundo o Conselheiro, o
123 Ministério da Saúde não pratica transferência fundo a fundo, exceto recursos orçamentários, e
124 que as transferências de outros convênios são diretamente com os prestadores de serviços.
125 Informou que no Estado, através do SIGEF (Sistema de Gestão Financeira), qualquer recurso
126 é transferido para uma entidade. Ressaltou que o Conselho deva estudar mais
127 aprofundadamente o assunto, antes de se posicionar. Sugeriu que essa Minuta de Resolução
128 seja encaminhada à Comissão Permanente pelo Cumprimento dos Princípios Éticos e
129 Legislação para analisar os vários textos legais e ver a eficácia desta Resolução.

130 O Conselheiro Nicolau de Almeida Neto perguntou ao Conselheiro Bernard Van de
131 Meene se as prestações de contas e fiscalizações ficariam a cargo dos Conselhos Municipais.

132 O Conselheiro Bernard Van de Meene respondeu que seria um controle paralelo e a
133 grande responsabilidade é do Conselho Estadual.

134 O Conselheiro Nicolau de Almeida Neto falou, também, que existem cidades nas quais
135 os conselhos são mera formalidade para o recebimento de recurso. Sugeriu que o assunto deve
136 ser remetido à Comissão Permanente pelo Cumprimento dos Princípios Éticos e Legislação
137 para dar um parecer a respeito do assunto e analisar o controle efetivo da distribuição de
138 recursos.

139 O Conselheiro Braz Vieira ratificou a fala do Conselheiro Canísio Isidoro
140 Winkelmann e acrescentou que o tempo é muito longo entre a saída do recurso do fundo até o
141 repasse aos prestadores de serviço. Segundo o Conselheiro, essa Resolução pode causar ainda
142 mais dificuldades neste processo.

143 O Conselheiro Leandro Adriano de Barros falou que esse projeto mexe com a
144 estrutura da administração e acredita que exista a necessidade de aprofundar este tema. Citou
145 o § 1º. Art. 2º da minuta, que diz: *”... Os gestores dos respectivos Fundos Municipais de*
146 *Saúde deverão repassar os recursos recebidos às entidades destinatárias em no máximo dois*
147 *dias úteis.”* e considerou que é impossível cumprir este prazo por questões de contabilidade.
148 Também sugeriu que o tema deva ser encaminhado à Comissão Permanente pelo
149 Cumprimento dos Princípios Éticos e Legislação para pleno apreciar e votar com mais
150 tranquilidade

151 O Conselheiro Bernard Van de Meene perguntou se a Comissão Permanente pelo
152 Cumprimento dos Princípios Éticos e Legislação existe. Segundo ele é possível o repasse em
153 até dois dias úteis. Falou que o Estado fez, mês passado, convênios desconhecidos e que ele,
154 como conselheiro, não tem como cobrar, já que não sabe quais são os convênios.

155 O Presidente Jorge dos Passos Corrêa Cobra falou que existe sim a comissão e citou os
156 membros: Alexandre Cunha dos Santos, Maria Conceição dos Santos, Helga Regina
157 Bresciani, Clarinda da Luz Durigon, Cléia Clemente Aparecida Giosole e Cecília Alves de
158 Lima.

159 O Conselho deliberou por encaminhar a minuta de Resolução à Comissão Permanente
160 pelo Cumprimento dos Princípios Éticos e Legislação para elaboração de um parecer e
161 apresentação na próxima reunião.

162

163 **ITEM III – APRESENTAÇÃO SOBRE O H1N1**

164 O Diretor de Vigilância Sanitária da SES, Eduardo Marques Macário, fez uma
165 apresentação da situação do H1N1 em Santa Catarina e ações que o Estado está realizando no
166 combate ao vírus.

167 O Conselheiro Canísio Isidoro Winkelmann perguntou como ficam os leitos de UTI
168 com aumento das contaminações com o H1N1. Segundo o Conselheiro, no Sistema Estadual
169 de Regulação de Urgência e Emergência não se encontra leitos disponíveis. Elogiou a postura
170 no sistema de Saúde do interior do Estado, no qual existe um preparo dos ambientes para o
171 enfrentamento do H1N1. Sugeriu que se ampliasse as campanhas de prevenção em todos os
172 terminais de serviços de Saúde.

173 Eduardo Marques Macário reforçou que a comunicação tem um papel importante na
174 prevenção e pode auxiliar bastante, não só no enfrentamento da gripe, como de outras
175 doenças. Em relação à ampliação de leitos, embora não seja sua área, respondeu que desde
176 2009 já existe um plano de preparação para uma pandemia e seu redirecionamento, caso
177 ocorresse. Em 2012 o plano foi revisto e em 2013 houve outra discussão e reformulação, e
178 tendo em vista um novo manejo clínico, foram criadas estratégias, caso houvesse a
179 necessidade de ampliação. O Diretor falou que neste ano, houve uma reunião, na
180 Superintendência dos Hospitais Públicos, com todos os diretores, em relação a esta
181 necessidade e que já existe um planejamento e execução de ações. Informou, também, que a
182 Superintendência de Regulação fez uma reunião, da qual ele participou, para a revisão de uma
183 Portaria de 2009, e verificou-se que não existe uma dimensão real de números de UTI
184 disponíveis. Disse que, a partir disso, houve um o mapeamento da capacidade de leitos de
185 UTI e que estão refazendo a Portaria, para ser publicada, de acordo com a nova organização
186 das Centrais de Regulação.

187 A Conselheira Karina Cardoso Gulbis Zimermann parabenizou a apresentação e
188 perguntou qual o critério utilizado para excluir a Hipertensão do grupo prioritário para receber
189 a vacinação.

190 A Gerente de Vigilância de Doenças Imunopreveníveis e Imunização, Vanessa Vieira
191 da Silva Machado, explicou que quem estabelece os grupos prioritários é o Ministério da
192 Saúde e não o Estado. Informou que o hipertenso nunca foi excluído, pois nunca esteve
193 presente no grupo, que o hipertenso que faz parte grupo prioritário é o que faz uso de ácido
194 acetilsalicílico ou com comprometimento cardíaco.

195 A Conselheira Karina Cardoso Gulbis Zimermann questionou se isso foi bem
196 esclarecido nas secretarias municipais de Saúde.

197 Vanessa respondeu que sim, que houve reuniões com todas as Regionais de Saúde e
198 com os representantes das equipes de imunização de todos os municípios do Estado.

199 O Conselheiro Heron Felício Pereira falou que, em relação ao Plano de Contingência,
200 alguns hospitais ficaram como referência, em Florianópolis e se caso ocorra um surto ou uma
201 epidemia de fato, serão remanejados alguns serviços para o combate ao H1N1.

202 A Conselheira Juliana Franco questionou se haverá capacitação e/ou reuniões nos
203 hospitais, principalmente nas emergências que recebem esses pacientes, ou se já estão
204 ocorrendo. Lembrou os EPIs (Equipamentos de Proteção Individual), perguntou se estão à
205 disposição ou se existe algum problema por falta de fornecimento.

206 O Diretor de Vigilância Epidemiológica da SES, Eduardo Marques Macário, respondeu
207 que a estratégia de capacitação se dá através de EAD (Ensino à Distância), pela dificuldade de

208 tirar o Profissional de Saúde de sua unidade. Disse que estão abertas as inscrições de Manejo
209 Clínico do Paciente.

210 O Conselheiro Heron Felicio Pereira respondeu, em relação aos EPIs, algumas
211 unidades hospitalares solicitaram materiais, porém, este item não estava incluso.

212 O Presidente agradeceu o Diretor de Vigilância Epidemiológica da SES, Eduardo
213 Marques Macário, que se colocou à disposição sempre que o Conselho achar necessários
214 esclarecimentos.

215

216 **ITEM IV - APRESENTAÇÃO SOBRE ZONOSSES**

217 A Gerente de Vigilância de Zoonoses e Entomologia, Suzana Zeccer, fez uma
218 apresentação visando destacar as ações de vigilância de Zoonoses, já que estas não aparecem
219 de forma clara no Relatório Anual de Gestão.

220 Após a apresentação, o Conselheiro Clóvis Thadeu Rabello Improta falou da
221 qualidade da apresentação e lastimou a falta destas informações no RAG. Destacou o pequeno
222 número de Médicos Veterinários no quadro da SES, segundo ele, apenas 5 (cinco). Disse que
223 os Biólogos não estão habilitados para controlar as zoonoses. Perguntou, também, o motivo
224 da não eutanásia dos animais positivos. Constatou, em relação aos atendimentos anti-rábicos,
225 uma sub-notificação dos números de casos de agressões registrados no sistema de Saúde. E
226 por fim, demonstrou sua preocupação em relação às doenças transmitidas por morcegos, já
227 que o vírus continua circulando e matando.

228 Suzana Zeccer, em relação à vigilância da raiva em morcegos, respondeu que a
229 circulação do vírus está aquém nos municípios e que existe uma lista de prioridades, com
230 critérios, que os municípios devem observar para ser preenchida.

231 O Diretor, Eduardo Marques Macário, complementou dizendo que concorda com o
232 Conselheiro Clóvis, quando ele disse que existem poucos médicos veterinários na SES, mas
233 falou que foi feito concurso para este profissional, sem muita procura. Falou que o perfil de
234 formação do Médico Veterinário, em Santa Catarina, deixa a desejar na área de Saúde
235 Pública, e se colocou à disposição para oferecer palestras, ou cursos sobre o assunto. Elogiou
236 o trabalho feito pelos Biólogos na área.

237 Findadas as manifestações, o Presidente agradeceu o A Gerente de Vigilância de
238 Zoonoses e Entomologia, Suzana Zeccer, que se colocou à disposição sempre que o Conselho
239 achar necessários esclarecimentos.

240

241 **ITEM V - DEFINIÇÃO DA PAUTA DA PRÓXIMA REUNIÃO**

242 O Presidente Jorge dos Passos Corrêa Cobra informou os itens sugeridos para a pauta
243 da próxima reunião: Votação do Relatório Anual de Gestão, Parecer da Comissão Permanente
244 pelo Cumprimento dos Princípios Éticos referente à minuta de Resolução, proposta pelo
245 Conselheiro Bernard Van Menne e a homologação do Regimento do CES.

246 A Conselheira Hortência Salet Muller Tierling sugeriu que fosse pautado o Ofício
247 048/2016/CRF, que solicita o auxílio do CES para encaminhar ao Executivo e posteriormente
248 à ALESC, um Projeto de Lei que contemple financeiramente os fiscais que atuam na
249 vigilância sanitária, com regime de dedicação exclusiva.

250 A Conselheira Maria Conceição dos Santos sugeriu como pauta discutir o
251 cancelamento das cirurgias eletivas do Hospital Infantil Dr. Jeser Amarante Faria, por falta de
252 repasse. E o posicionamento a respeito do prazo de término das obras do CEPON.

253 A Conselheira Juliana Franco sugeriu pautar a análise dos contratos da SPDM com os
254 Hospitais de Florianópolis, Hospital Infantil Dr. Jeser Amarante Faria, CEPON e Hospital
255 Regional de Araranguá.

256 A Conselheira Cleia Clemente Aparecida Giosole pediu como item de pauta o
257 Manifesto do Conselho Municipal de Saúde de Joinville, referente à Paralisação do Hospital
258 Infantil Dr. Jeser Amarante Faria. E solicitou à presença do Diretor das Organizações Sociais
259 para falar sobre a real situação do Hospital de Joinville e possíveis encaminhamentos para
260 resolver o problema.

261 Depois de solicitada a verificação do quórum, constatou-se que não havia mais
262 quórum para deliberações e o Presidente informou que a reunião estava encerrada para
263 deliberações.

264 O Conselheiro Luiz de Bittencourte propôs que sejam feitas duas listas de presença,
265 uma no início da reunião, outra no final, mesmo que tenha que alterar o Regimento do
266 CES/SC. Falou sobre a ausência da maioria dos membros da CIST/SC na reunião pela manhã.
267 E por fim falou que vai pedir como pauta a apresentação do plano de ação da Cerest de Santa
268 Catarina e o papel da Saúde do Trabalhador no Estado.

269 A Conselheira Juliana Franco disse que os Informes não devem ser no final, pela
270 importância, e por não ter mais quórum, e sugerindo que seja antecipado.

271 A Conselheira Cléia Clemente Aparecida Giosole pediu que fossem respeitados os
272 3(três) minutos regimentais de fala para cada conselheiro.

273 O Presidente Jorge dos Passos Corrêa Cobra falou que os informes eram no início,
274 porém as pessoas vinham davam seu comunicado e saiam. Disse que pleno teve a iniciativa de
275 alterar os informes para o final da sessão.

276 O Conselheiro Bernard Van Menne disse que não há necessidade de alterar o
277 regimento, já que o horário de término das reuniões é às 18 horas.

278 A Conselheira Clarinda da Luz Durigon informou que no dia 18/5 haverá a Plenária
279 Estadual dos Conselhos de Saúde, em Lages, pediu como um próximo item de pauta a
280 Resolução que regulamenta a Plenária Estadual dos Conselhos de Saúde.

281 Nada mais havendo a tratar, a Presidência da sessão deu-a por encerrada, da qual a
282 Secretaria do CES/SC lavrou a presente Ata.

283

Florianópolis, 04 de maio de 2016.